

## DUPLA PERIFERIA

### Repensando os horizontes disciplinares da relação entre arquitetura e urbanismo

**Mariana Wilderom**

Universidade de São Paulo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Orientação: Luiz Recamán

mariana.wilderom@usp.br

#### RESUMO

A realidade socioespacial latino-americana impõe grandes desafios à disciplina da Arquitetura e Urbanismo (A&U), demandando a renovação do pensamento sobre o processo de urbanização que, apesar de planetário, denota problemáticas particulares nessa porção do globo, na *periferia do capitalismo*. A sobreposição dessa condição periférica global e local – a dupla periferia – que resulta na segregação socioespacial na cidade, submetida também aos imperativos de uma ordem econômica mundial desigual, é examinada neste artigo devido ao seu potencial problematizador, que permite um amplo debate disciplinar. Essa discussão se baseia nas questões metodológicas da pesquisa de doutorado em desenvolvimento, intitulada *Arquitetura para cidades da América Latina: distâncias e aproximações entre São Paulo e Medellín*. Na tese o tema da *periferia* é tratado como um paradigma espacial, sendo analisado por meio de noções *lefebvrianas* sobre a produção do espaço. O objetivo é refletir sobre os potenciais de renovação da disciplina ao ampliar sua compreensão sobre as relações entre forma urbana e forma social.

**Palavras chave:** Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, Medellín, Henri-Lefebvre.

#### ABSTRACT

The Latin American socio-spatial reality poses major challenges to the discipline of Architecture and Urbanism (A&U), demanding a renewal of thought about the process of urbanization that, despite being planetary, denotes particular problems in this part of the globe, on the periphery of capitalism. The overlapping of this global and local peripheral condition - the double periphery - that results in socio-spatial segregation in the city, also submitted to the imperatives of an unequal world economic order, is examined in this article due to its problematizing potential, which allows a wide disciplinary debate. This discussion is based on the methodological issues of the doctoral research in development, titled *Architecture for cities of Latin America: distances and approximations between São Paulo and Medellín*. In the thesis the theme of the periphery is treated like a spatial paradigm, being analyzed by means of Lefebvrian notions on the production of the space. The objective is to reflect on the renewal potentials of the discipline by broadening its understanding of the relationship between urban form and social form.

**Keywords:** Architecture and Urbanism, São Paulo, Medellín, Henri-Lefebvre.

## 1. Introdução

“No theory can develop without eventually encountering a wall, and practice is necessary for piercing this wall.”<sup>1</sup>

Esse artigo visa introduzir os problemas metodológicos enfrentados pela discussão disciplinar proposta pela pesquisa *Arquitetura para cidades da América Latina: distâncias e aproximações entre São Paulo e Medellín*. Essa tese de doutorado, em desenvolvimento, consiste em uma investigação teórico-crítica que reflete sobre a função social da arquitetura e sua relação com o processo de urbanização contemporâneo. Sua discussão se apoia na análise de 20 estudos de caso recentes em São Paulo e Medellín — projetos em que a arquitetura se coloca como intervenção urbana, impactando as dinâmicas socioespaciais dessas cidades — permitindo assim, que esses objetos empíricos tensionem o campo teórico da Arquitetura e Urbanismo (A&U).

A tese pretende identificar as potencialidades sociais expressas em *urbanidade*, que surgem do diálogo entre a intervenção arquitetônica/urbanística — que configuraria a dimensão prático-sensível (LEFEBVRE, 1991) — e a práxis social — as dimensões da *vida cotidiana*—, localizando seus decorrentes impactos em termos disciplinares<sup>2</sup>. Para tanto, se utiliza de uma análise comparativa, que procura discernir os constrangimentos dessas relações quando mediadas por diferentes tradições disciplinares. Esses podem *ou* idealizar, sublimar e relegar o universo social ao rol de conteúdos extra-arquitetônicos<sup>3</sup>, *ou* reinterpretar e incorporar essas relações a uma estratégia projetual, dialogando assim com processos de produção do espaço social na formulação de seus paradigmas espaciais.

Ao admitir como objeto de estudo, primordialmente, projetos que se colocam como *intervenções socioespaciais*, fica possibilitado que o debate se realize na intersecção entre a Arquitetura e Urbanismo. Com isso nos aproximamos da problematização disciplinar proposta por Cuthbert (2003;2006;2011). Sua longa pesquisa publicada em três volumes de uma antologia<sup>4</sup> defende que as cidades e a dimensão pública do espaço urbano demandam um tipo de conhecimento diferente, ultrapassando a restrição tradicional que separa os campos da arquitetura e do urbanismo: a resposta estaria no que o autor chama *urban design*. O autor não pretende discutir “como fazer *urban design*” e, sim, como pensar as condições prévias que fundamentam a disciplina. Essa busca por uma meta-teoria, nos interessa aqui pela a metodologia intrínseca à proposta. Segundo Cuthbert (2006:19) para essa nova disciplina, teríamos como objeto real a esfera pública (*public realm*) e como objeto teórico a sociedade civil. São justamente as relações entre forma social e forma urbana que buscamos, conforme intentamos demonstrar até aqui.

Por fim, no contexto do presente trabalho, apresentamos a seguir uma discussão que, partindo dessas premissas, se debruça sobre os problemas metodológicos referentes ao paradigma espacial na condição urbana do capitalismo periférico.

## 2. Problemas de método e a chave analítica lefebvriana

As disciplinas que refletem sobre o fenômeno urbano enfrentam complexidades que aumentam em um compasso acelerado. Faltam categorias e métodos capazes de relacionar e incorporar os processos que envolvem a reprodução da vida cotidiana, o espaço urbano e as dinâmicas do capital, visto que estes

---

<sup>1</sup> Foucault, Michel, and Gilles Deleuze. 1977. “Intellectuals and Power.” In *Language, Counter-Memory, Practice: Selected Essays and Interviews*, edited by D. F. Bouchard. Ithaca: Cornell University Press, p.261

<sup>2</sup> O estudo da obra de Henri Lefebvre, justificado nessa pesquisa para fins metodológicos, recebe fundamental apoio e orientação por meio de leituras e discussões desenvolvidas no grupo de pesquisa PC3 – Pensamento Crítico e Cidade Contemporânea. Coordenado pelos professores Leandro Medrano e Luiz Recaman na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, o grupo debate referências que contribuam para entender os desafios que o processo de metropolização brasileiro impõe à disciplina de a Arquitetura e o Urbanismo.

<sup>3</sup> Os conteúdos sociais excluídos ou relegados a conteúdos extra-arquitetônicos pela vertente hegemônica da arquitetura moderna brasileira, são problematizados por Luiz Recamán, particularmente em dois textos “Oscar Niemeyer e o Brasil – anotações” e “Álvaro Siza e o Brasil” in *O problema da formação da arquitetura moderna brasileira*. Tese de Livre docência. FAUUSP: São Paulo, 2018.

<sup>4</sup> Esse trabalho é analisado em MEDRANO, L. RECAMÁN, L.; WILDEROM, M.; GRAZZIANO, R. Space and otherness: na anthology. In: *CriticALL III International Conference of Architectural Design and Criticism (Anais)*. Madrid: ETSA, 2018 (no prelo).

estabelecem vínculos intrínsecos e indissociáveis à questão urbana. Impactados por essas dificuldades, assistimos à consolidação da urbanização planetária, como previa Henri Lefebvre (1999 [1970]).

Constata-se, afinal, uma crise da *epistemologia do urbano*. Algo que se torna mais evidente a partir dos anos 1980, com a falência do modelo de crescimento territorial do nacional-desenvolvimentismo, o colapso do socialismo estatal e a subsequente intensificação de uma economia global (BRENNER; SCHMID, 2015, p. 151).

As novas formas de urbanização resultantes desses processos não podem ser entendidas pelas categorias fixas, genéricas, que temos à disposição. São novas geografias de desenvolvimento espacial desigual emergindo por meio de uma interação contraditória entre processos rápidos e explosivos de urbanização e várias formas de estagnação, encolhimento e marginalização. E essas condições divergentes de riqueza e pobreza, crescimento e declínio, inclusão e exclusão, centralidade e marginalidade, produzem mutuamente uma a outra em todas as escalas espaciais, do bairro a abrangência planetária (BRENNER; SCHMID, 2015, p. 151).

Com isso, as concepções herdadas dos centros hegemônicos de produção do conhecimento não podem estruturar o necessário debate sobre o tema. Essas formas de urbanização instáveis deflagradas particularmente nas partes subdesenvolvidas do globo, ainda que se tornem cada vez menos restritas a esse recorte socioespacial, parecem escapar do gradiente de compreensão estabelecidos pelos marcos conceituais e teóricos *mainstream*. Nisso reconhecemos que a hierarquia de poder se reflete no espaço urbano e na produção do conhecimento sobre o mesmo. Nesse sentido, Neil Smith (2008) representa importante referência, pois irá problematizar particularmente o aspecto desigual do desenvolvimento econômico e espacial. Visto que este gera padrões de urbanização que reiteram processos de inequidade, exclusão social, marginalização que alinham – ao mesmo tempo que conflitam – processos locais às tendências globais.

Um marco dessa relação intrinsecamente conflituosa e indissociável entre o espaço urbano, reprodução do capital em nível global e processo social local, demandando uma renovada abordagem analítica, é a crise do capitalismo financeiro de 2008. O mercado imobiliário local – responsável por definir em boa parte o que entendemos por cidade – é o meio pelo qual o capitalismo financeiro global consegue se reproduzir, ou seja, o espaço e o processo de urbanização se tornam ferramentas essenciais para sua evolução. No entanto, é também por meio do espaço que sua crise será violentamente sentida, confrontada e, talvez, superada. Essa última aposta, que anima David Harvey (2012), teria sido ensaiada por movimentos em reação à crise financeira e de resistência ao poder político-econômico, que ocuparam espaços públicos como o das praças Zuccotti (Nova York), Tahrir (Cairo), Sol (Espanha). Essas relações entre espaço urbano, ativismo e direito à cidade tornam-se então prismas poderosos para renovadas interpretações para a função social da A&U.

A colocação mais abrangente do problema da urbanização contemporânea, delineada até aqui com o auxílio desses autores, é importante para pautar o perímetro do debate proposto pela presente pesquisa. Essas discussões se colocam na chave da economia política espacial apontada por Cuthbert (2011, p. 17) como base fundamental para a renovação disciplinar da A&U, mantendo-a em contato com as ciências sociais. Nisso há um detalhe fundamental: estes autores têm em comum uma leitura estruturada fundamentalmente pela obra de Henri Lefebvre.

Chegamos então a Lefebvre como chave interpretativa central, que permite trazer essas problematizações às novas perspectivas disciplinares da A&U. A importância e, ao mesmo tempo, a dificuldade em compreender a relação entre o espaço urbano e seus conteúdos sociais, são questões fundamentais na obra desse autor e, por esse motivo, o tornam necessária referência. Seja pelos seus estudos sobre os processos de produção do espaço, em sua relação com a estruturação da sociedade, quanto também pelas suas agudas críticas feitas em relação às limitações encontradas pelas disciplinas que tratam sobre esse assunto. Sobre o primeiro aspecto, o ponto central da teoria do espaço de Lefebvre coincide com a leitura de Milton Santos (2004, p. 163) no sentido de constatar que o espaço é um fato social que também define os fenômenos sociais, da mesma maneira é produtor e produto, possuindo a capacidade de ser determinante e determinado. Essas relações dialéticas que se estabelecem entre a sociedade e o espaço, são o eixo da leitura de Lefebvre e dão origem à densa teoria que o autor desenvolverá, particularmente, em *A produção do espaço* (1974). Como o título do livro indica, torna-se imprescindível entender como o espaço é produzido, para que essas relações possam ser incorporadas nas análises das disciplinas que trabalham com o espaço, em toda sua complexidade:

“O espaço não pode mais se conceber como passivo, vazio, ou como de fato não tendo outro sentido, tal como os “produtos”, senão o de ser trocado, de ser consumido, de desaparecer. Enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho

produtivo, transportes, fluxo das matérias-primas e das energias, redes de distribuição dos produtos. À sua maneira produtivo e produtor, o espaço entra nas relações de produção e nas forças produtivas (mal ou bem organizado). Seu conceito não pode, portanto, isolar-se e permanecer estático.”(LEFEBVRE, 2013 [1985], p. 125)

Isso o leva então ao segundo aspecto anteriormente comentado: à crítica das disciplinas. Chamados pelo autor de “ciências parcelares”, esses conhecimentos especializados são vistos como extremamente limitados em comparação a uma leitura global, que pensa a totalidade, como a da filosofia, a literatura e a arte. Em *O direito à cidade*, Lefebvre (1991[1968]) – um filósofo- aponta que, ao longo do século XIX as ciências sociais foram se formando a partir de análises que fragmentavam a realidade, como método para poder compreendê-la. Sendo assim, o autor encontra a necessidade de problematizar nosso campo disciplinar a partir desse fenômeno que resulta de um processo de “decupagem analítica” da realidade urbana. Isto é, o autor entende as demandas operacionais de uma ciência, mas não pode deixar de apontar as distorções oriundas desse processo na compreensão dos fenômenos que fazem a cidade.

“Não falta rigor a essas decupagens analíticas mas, como já se disse, o rigor é inabitável. O problema coincide com a interrogação geral apresentada pelas ciências especializadas. Por um lado, o global que busca apenas atingir um empreendimento que lembra estranhamente o das filosofias quando esse mesmo empreendimento não é abertamente filosófico. Por outro lado, o parcial, dados mais seguros, porém esparsos. É possível tirar das ciências parcelares uma ciência da cidade? (...). Por um lado, um conceito sem conteúdo, por outro lado um conteúdo ou conteúdos sem conceito. Ou se declara que a “cidade”, a realidade como tal não existe e que existem apenas séries de correlações. Suprime-se esse “assunto”. Ou então continua-se a afirmar a existência do global, seja partindo de extrapolações em nome de uma disciplina, seja baseando-se numa tática interdisciplinar. Não se apreende esse global. A não ser através de um empreendimento que transcende as decupagens”. (LEFEBVRE, 1991[1968]:38).

O autor ainda demonstra que especialistas que estudam a realidade urbana, tendem legitimamente a transformar suas análises em uma síntese final que busca essa representação global. No entanto, isso resulta numa manobra ideológica, isto é, o particular sendo transformado em uma explicação do total. O processo se dá na arquitetura e também com o urbanismo, ainda que em sua condição interdisciplinar, tenha unido diferentes análises parcelares. Isso indica a urgência de um exame crítico da disciplina, para discernir o que existe de ideológico em suas pressuposições e o que se define em nível global. Pois, como aponta Lefebvre (1991[1968]:43), o modo ideológico como a disciplina pode operar contribui para reforçar problemas internos à sociedade e aos processos históricos: “O urbanismo como ideologia formula todos os problemas da sociedade em questões de espaço e transpõe para termos espaciais tudo o que provém da história e da consciência”.

É importante compreender que o motor da crítica Lefebvriana está, sobretudo, em uma crítica aos fenômenos da modernidade. Sua elaboração intelectual se deve a um trabalho teórico, mas também a uma atenta observação da experiência vivida no espaço do dia a dia, que reflete as transformações econômicas, sociais e políticas mundiais. Desta forma, ainda que se atribuam momentos relativos a temas predominantes na sua carreira – o momento da vida cotidiana, da cidade, do Estado, da autogestão, das representações e dos ritmos sociais – esses interesses se atravessam, não correspondem necessariamente a uma cronologia e, com certeza, são indissociáveis do olhar atento às intensas transformações socioespaciais de um novo e ainda mais dinâmico ciclo do capitalismo que anunciava reorganizar a experiência no mundo, em gestação entre os anos 1945-1975. A visão política e teórica de Henri Lefebvre refletirá, então, intensamente sobre essas experiências. Tendo assistido ao surgimento dessas novas e contraditórias forças sociais na cidade, a partir do final dos anos 1960, sua produção enfatizará as relações entre as práticas sociais e a forma urbana. Esse período é reconhecido como o da elaboração da teoria do espaço, vinculado aos 6 livros publicados entre 1968 (*O direito à cidade*) e 1974 (*A produção do Espaço*).

Sendo assim, os métodos e conceitos *lefebvrianos* contidos nessas obras convidam também a avaliar a dimensão histórica e social da forma urbana. Estabelecendo um diálogo com o sentido prospectivo da A&U, sobre as possibilidades que passam a existir, com as interações sociais fomentadas, no momento em que se intervém no território. Afinal, o estudo da realidade urbana permite incidir sobre o possível (ou sobre as possibilidades) e não apenas sobre o acabado ou sobre o passado (LEFEBVRE, 1991 [ 1968], p. 37)

Essas possibilidades que emergem de uma intervenção no espaço, são suas *virtualidades*. Para analisar as arquiteturas e interpretar essas *virtualidades*, é possível lançar mão do método da *transdução*, isto é “transformar o objeto teórico em objeto possível” e checar como ele responde a essa projeção hipotética, buscando suas potencialidades:

“A transdução elabora e constrói um objeto teórico, um objeto possível, a partir de informações sobre a realidade. A transdução supõe um feed-back entre o marco conceitual utilizado e as observações empíricas. Sua teoria (metodologia) conforma as operações mentais espontâneas do urbanista, do arquiteto, do sociólogo, do político, do filósofo. Introduce o rigor na invenção, e o conhecimento na utopia” (LEFEBVRE, 1971, p. 150)

Para elaborar essas projeções e analisá-las criticamente, é preciso conhecer o presente, em todas as suas contradições, no mesmo sentido que Tafuri (1985:115-122) sugeria a identificação das forças e disputas ocultas com as quais a arquitetura precisaria interagir. Isso passa pelo conhecimento da coexistência de diferentes tempos históricos e estruturas que trazem contradições do passado ao presente. Essa análise do presente, do passado e que se projeta ao futuro é o que Lefebvre chamará de método regressivo-progressivo. As potencialidades interpretativas desse método são explicadas da seguinte maneira:

Resumamos esse desenho, inerente ao método perseguido: um estudo “retrô” do espaço social em sua história e sua gênese, a partir do presente remontando a essa gênese – depois retorno ao atual, o que permite entrever, se não prever, o possível e o futuro. Esse procedimento dá lugar a estudos locais, em diversas escalas, inserindo-os na análise geral, na teoria global. As implicações e imbricações lógicas são compreendidas como tais, mas sabendo-se que tal compreensão não exclui (ao contrário) os conflitos, as lutas, as contradições. Nem, inversamente, os acordos, entendimentos, alianças. Se o local, o regional, o nacional, o mundial se implicam e se imbricam, aquilo que se incorpora no espaço, os conflitos atuais ou virtuais não estão dele nem ausentes nem eliminados. Implicações e contradições, no espaço e nos outros domínios, têm mais amplitude hoje do que quando este livro foi escrito. As relações de implicação não interditam as estratégias adversas, nem sobre os mercados, nem nos armamentos. Portanto, no espaço. (LEFEBVRE, 2013 [1985], p. 126–128, tradução nossa).

Ao elaborar métodos, noções e categorias analíticas para entender a produção do espaço, Lefebvre se reafirma como referência capital, influenciando uma geração de geógrafos e sociólogos, tendo grande impacto no chamado *Spatial Turn*. O fenômeno que recebe esse nome, denota uma crescente ênfase no pensamento sobre o espaço nas ciências sociais. Esse tema irá figurar com maior destaque nos debates específicos de cada campo, mas também impulsionará movimentos maiores, no sentido de embasar reformulações disciplinares abrangentes. Esse processo vem ocorrendo com maior intensidade nas últimas duas décadas, afetando as ciências humanas como um todo. Isso porque o espaço passa a ser efetivamente reconhecido como uma construção social, apontando novas perspectivas semânticas e metodologias interpretativas, que surgem para alterar a orientação de pesquisas em diferentes campos do conhecimento, (WARF; ARIAS, 2009, p. 1)

Para Edward Soja (2009, p. 12), foram justamente Lefebvre e Foucault, os responsáveis por deflagrar o *Spatial Turn*, porque permitiram um pensamento radical ontológico, epistemológico, sobre as relações teóricas entre espaço e tempo, fornecendo uma série de argumentos que reconfiguravam a disciplina. O geógrafo interpreta esse processo como inevitável e fundamental a todos os campos das humanidades. Este movimento, via Lefebvre, vem também atingindo à A&U (cf. MEDRANO et al., 2018) possibilitando que encontremos leituras deste autor voltadas para esta área. Desse modo, autores como (STANEK, 2011); (GOONEWARDENA, 2008) e (STANEK; SCHMID; MORAVÁNSZKY, 2014) são contribuições fundamentais para balizarmos a imersão no extenso universo lefebvriano.

### 3. A necessidade de um “pensamento periférico”

Pelos métodos *lefebvrianos*, seja o da *transdução* ou o *regressivo-progressivo*, é preciso entender as condições históricas encapsuladas no presente, as temporalidades sobrepostas no espaço, a relação do regional com o mundial. Nesse sentido, se pondera qual o papel dos países latino-americanos no mundo globalizado, nesse processo de radicalização da modernidade (HARVEY, 2014) do qual fazemos parte, notadamente de modo marginal. Os inúmeros impactos socioespaciais, políticos e econômicos manifestam as particularidades dessa condição comum aos países desse grupo. Essas questões movem linhas de pesquisa de diversas áreas. Nos estudos culturais, o grupo Modernidade/Colonialidade (MC), nos convida a acertar os termos entre a história, processos sociais e espaço, como sugeria Lefebvre. Este grupo se propõe a enfrentar a difícil tarefa de pensar uma outra forma de perceber o mundo e estruturar conhecimento, a partir de uma reflexão latino-americana. Conforme explica Escobar (2007) o grupo se construiu a partir de visão periférica do sistema colonial moderno que, em um esforço sistemático, se lança a explicar as dinâmicas do eurocentrismo no fazer da modernidade, na tentativa de transcender essa perspectiva.

Torna-se esclarecedor retomar a síntese que Arturo Escobar (2007:185-190) realiza sobre os mais importantes referentes do grupo Modernidade/Colonialidade, para elucidar as implicações imediatas e especificidades da problematização sobre a modernidade que esse grupo busca. Primeiramente, é válido notar que, assim como teóricos da Escola de Frankfurt, Paul Virilio, Foucault, esse grupo reconhece o lado obscuro da ordem e da racionalidade, enquanto consequências da modernidade. Sejam os instrumentos de dominação e o desencantamento do homem, deflagrados pela secularização e predominância da razão instrumental ou outros efeitos como a normalização da vida, a disciplinarização das populações. É notável que esses processos indissociáveis da modernidade adquiriram impulsos alienantes e desterritorializantes. Mas para o grupo MC, também é central entender que a modernidade é eurocêntrica, intrínseca à colonialidade, e assim sendo, resulta numa história escrita sob uma perspectiva específica. A modernidade não conseguiu gerar uma realidade única, ainda que essa empreitada europeia tenha almejado um projeto totalizante. Também é fundamental entender que o pressuposto universalizante, automaticamente implicava na purificação de ordens, na separação entre nós e os outros, natureza e cultura. o que acabaria, no entanto, criando híbridos desses opostos (ESCOBAR, 2007, p.182).

Ao questionar a compreensão hegemônica da modernidade - reconhecida então como eurocêntrica, parcial e pretensiosamente universalizante - conceitos capitais do mundo globalizado também são postos sob suspeita, em particular, a ideia de desenvolvimento, que já não parece mais se sustentar:

“Basta um olhar superficial às paisagens biofísicas, econômicas e culturais da maior parte do terceiro mundo para se dar conta de que o desenvolvimento está em crise, e que a violência, a pobreza e a deterioração social e ambiental crescente são o resultado de 50 anos de receitas de crescimento econômico, “ajustes estruturais”, macroprojetos sem avaliação de impacto, endividamento perpétuo, e marginalização da maioria da população dos processos de pensamento e decisão sobre a prática social” (ESCOBAR, 2007, p. 11, tradução nossa)

A crise do desenvolvimentismo é aqui entendida como a importação de um ideário americano e europeu propagado particularmente no pós-guerra e ansiosamente aceito e melhorado pelas elites governantes do terceiro mundo. Mas também reflete a relação desse conceito com a estrutura de pensamento da modernidade eurocêntrica, uma vez que a confiança na planificação apostava que da noite para o dia as complexas culturas “subdesenvolvidas” se transformariam em exemplares da racionalidade ocidental dos países considerados economicamente avançados o que não ocorreu e ainda contribuiu para multiplicar os problemas socioeconômicos da Ásia, África e América Latina.

“O desenvolvimento deve ser visto como um regime de representação, como uma invenção, que resultou na história do pós guerra e que, desde seu início moldou inelutavelmente toda a possível concepção de realidade e da ação social dos países que desde então se conhecem como subdesenvolvidos.”(ESCOBAR, 2007, p. 12, tradução nossa)

Então, para o grupo MC, mais do que buscar um discurso alternativo, é preciso que esse movimento seja capaz de superar o problema em direção a um espaço privilegiado epistemologicamente e politicamente. A internacionalização da economia não pode ser negada, mas se impõe repensar as condições para participar e pensar as relações desses espaços transnacionais. A discussão empreendida por este grupo de intelectuais contribui para posicionar o lugar histórico e cultural que nos foi atribuído, o que pode – em um primeiro momento – impor limites ao nosso campo de visão (sobre nós mesmos). Por esse motivo, se mostra tão necessário buscar caminhos para renová-lo e ampliá-lo.

Reconhecendo essa mesma demanda, o geógrafo Milton Santos irá trabalhar sistematicamente na interpretação da evolução econômica, social, política dos países do chamado Terceiro Mundo. Em busca de uma epistemologia do Sul, este autor terá um prolífico procedimento analítico das condições de urbanização no mundo subdesenvolvido (SANTOS, 2008; 2010). Sua abordagem dialética e metodológica do espaço, permite aproximar o debate lefebvriano às condições enfrentadas no Brasil e na Colômbia. Torna-se assim um autor de fundamental importância para esta pesquisa pelas suas contribuições teóricas e metodológicas que enfrentam o universo empírico latino-americano.

#### **4. A Periferia como nó semântico: aproximando São Paulo à Medellín**

Tendo admitido a necessidade de se construir um pensamento periférico, voltamo-nos ao significado local desse paradigma espacial. A palavra *periferia*, para um latino-americano, representa um verdadeiro nó

semântico. A acepção da palavra extrapola, de imediato, qualquer definição estritamente espacial, seja de borda, fronteira, ou até mesmo uma localidade distante relativa a um centro. Isso não representa o significado primordial da palavra àqueles que habitam a parte subdesenvolvida do globo. Para estes últimos, o termo já carrega em si, valores pesados e contraditórios que se põem à frente de qualquer outra compreensão: a palavra sintetiza a alteridade interna ao processo de estruturação de sua sociedade, que se encontra cindida, polarizada. Essa palavra então traduz o estigma de uma condição precarizada, marginalizada, informal, tornando-se o sinônimo de termos como favela, *barrios*, *villas miséria*.

Todos esses nomes designam a organização de áreas periféricas ou verdadeiros enclaves que se instalam na cidade oficial. Trata-se do *locus* que acomoda os processos socioespaciais intensificados na segunda metade do século XX, fenômeno que se manifesta na maior parte das cidades latino-americanas. Observa-se, nesse período, uma explosão demográfica, em virtude de fluxos migratórios animados pela promessa de modernização e desenvolvimento oriundos dos investimentos no setor industrial nas grandes cidades. A transformação intensa das paisagens urbanas reafirma as contradições históricas internas dessa sociedade e acompanha, na mesma velocidade, os números que registram o aumento da população urbana. A infraestrutura dessas cidades e a oferta de moradia não acompanham o ritmo da economia, sequer as necessidades de seus novos habitantes. Assim nasce essa “outra cidade” periférica, moldada pela autoconstrução realizada às margens da lei.

É válido notar que se estabelece um processo dialético de produção do espaço que torna a periferia e o centro como organismos indissociáveis. Este último tendo sua pressuposta formalidade assegurada pela ação do Estado e das forças hegemônicas do capital, o primeiro, mantido em funcionamento por meio de requisitos mínimos de habitabilidade e acesso à infraestrutura. O crescimento econômico da área oficial da cidade depende da massa de trabalhadores precarizada, exército de reserva, que se aloja nos bairros mais distantes. De uma condição transitória e precária, à época em que estas começam a se formar, adentramos o século XXI tendo esse tipo de ocupação como única resposta viável a organizar a vida de expressiva parte da população. A reconciliação entre cidade formal e cidade informal, tem como campo de experimentação as cidades latino-americanas, conforme apontam Lara e Maldonado(2012). No entanto, esses bairros precarizados só passaram a representar áreas de intervenção reconhecidas pelo poder público a partir das duas últimas décadas. É pela dupla periferia – conjuntura global, nó semântico e paradigma espacial – que podemos aproximar às realidades de São Paulo e Medellín. Diante dessa estrutura de pensamento, devemos perguntar: Como esses questionamentos são encapados pela disciplina da A&U nesses dois contextos? Como as políticas urbanas e as intervenções socioespaciais interpretam suas condições de atuação? São estes questionamentos que percorrem o estudo comparativo proposto.

## 5. Entendendo as distâncias: o estudo comparativo

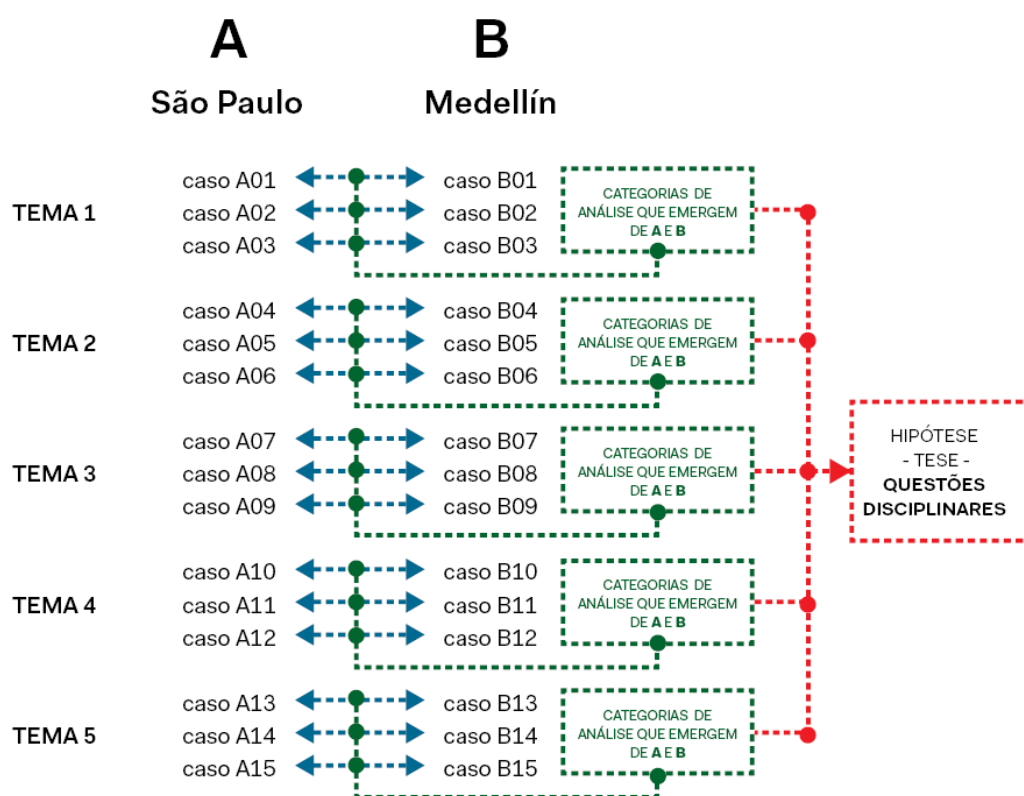
A comparação, estratégia de análise adotada por essa pesquisa, se tornou uma importante ferramenta em campos do conhecimento que problematizaram as metodologias de análise tradicionais a partir de demandas oriundas de embates do tempo presente. A *história comparada* de Marc Bloch (1998[1928]) respondeu aos anseios intelectuais do conturbado período entre guerras e, por fim, se consolidou como um campo intradisciplinar específico. Ainda que sua complexa obra responda a esse campo, é possível identificar importantes aportes metodológicos que se estendem às ciências sociais aplicadas, apresentando a possibilidade de realizar uma análise a partir de um duplo campo de observação marcado pela reflexão através das complexidades. A referência a Bloch é aqui mobilizada no sentido de reafirmar a opção pelo estudo comparativo, que, em uma abordagem mais imediata, também se coloca como uma prática espontânea e humana que surge justamente com especial intensidade e necessidade, diante de situações novas ou realidades estranhas, conforme aponta (BARROS, 2007, p.10):

“A comparação neste momento – diante do desafio ou da necessidade – impõe-se como método. Trata-se de iluminar um objeto ou situação a partir de outro, mais conhecido, de modo que o espírito que aprofunda esta prática comparativa dispõe-se a fazer analogias, a identificar semelhanças e diferenças entre duas realidades, a perceber variações de um mesmo modelo. Por vezes, será possível ainda a prática da “iluminação recíproca”, um pouco mais sofisticada, que se dispõe a confrontar dois objetos ou realidades ainda não conhecidos de modo a que os traços fundamentais de um ponham em relevo os aspectos do outro, dando a perceber as ausências de elementos em um e outro, as variações de intensidade relativas à mútua presença de algum elemento em comum. Será por fim possível, se o que se observa são dois objetos ou realidades dinâmicas em transformação, verificar como os elementos identificados através da comparação vão variando em alguma direção

mais específica – de modo que se possa identificar um certo padrão de transformações no decurso de um tempo(...). “

As questões teóricas e críticas que fundamentam a leitura comparativa derivam, conforme apontado anteriormente, a partir da leitura de Henri Lefebvre sobre as relações entre forma social e forma urbana. Estas são balizadas também pela análise da realidade socioespacial fornecida por outros autores de enfoques mais específicos, que aqui foram rapidamente introduzidos. Para trazer esse debate ao universo empírico, propõe-se uma estrutura subjacente ao percurso analítico da tese. Salienta-se que este trabalho se propõe a realizar uma leitura transversal e dialética, mas entende a necessidade de se dirigir a todos os casos, sistematicamente, as mesmas perguntas da pesquisa, tornando-os comparáveis. Visando esclarecer o método que organiza a leitura pretendida, a seguir são apresentados alguns quadros síntese. Inicialmente, a estrutura analítica desenvolvida pode ser lida como:

1. **estudo comparativo** entre São Paulo e Medellín (A e B)
2. **cinco eixos temáticos** que direcionam as perguntas aos estudos de caso (TEMA 1 a 5)
3. **categorias de análise** (da relação entre forma social e forma urbana) serão deduzidas a partir da interpretação dos registros e análises dos objetos empíricos de forma comparativa, baseando-se na teórico-metodológica de Henri Lefebvre, anteriormente explicitada.
4. **estudos de caso** selecionados a partir da representatividade em relação aos eixos temáticos e que apresentem correspondências ainda que em contextos diferentes (representados por A01 a A15, estudos de caso em São Paulo e B01 a B15 estudos de caso em Medellín)



**Diagrama do procedimento de comparação pretendido**  
Elaboração própria

Conforme o esquema acima, as obras a serem analisadas comparativamente, tendo como recorte a produção arquitetônica/urbanística contemporânea de Medellín, na Colômbia e São Paulo, foram selecionadas a partir de cinco eixos. Estes foram derivados da análise de Luiz Recamán, em seu artigo *Os Impasses da Arquitetura Paulista Recente* (2007). O autor sintetiza os principais dilemas da produção contemporânea da arquitetura



paulista dentro da realidade de uma cidade submetida aos interesses econômicos globalizados. São temas comuns também à Medellín e abrangem de tal maneira a problemática da arquitetura e sua relação com a produção do espaço urbano, que foram então adotados como estrutura para a seleção dos estudos de caso, a saber:

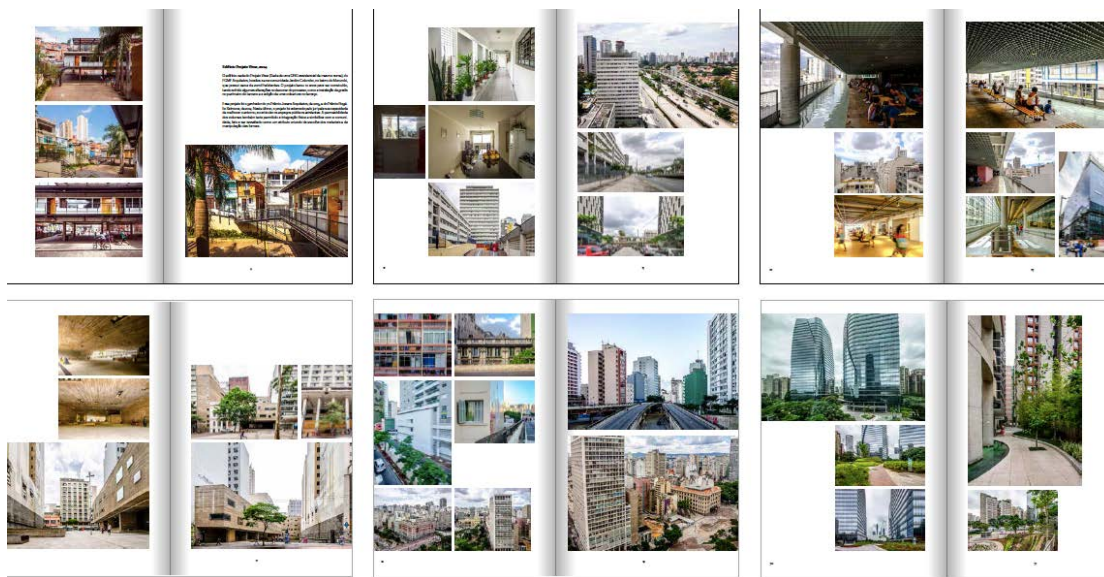
<b>Temas</b>	<b>Estudos de caso em São Paulo</b>	<b>Estudos de caso em Medellín</b>
<b>Tema 1.</b> A periferia da cidade como fruto do crescimento acelerado das últimas décadas. Marcada pela autoconstrução realizada às margens da lei, é onde reside expressiva parte da população e, no entanto, não representava significativa área de interesse de intervenção para o poder público até a última década.	Centros Educacionais Unificados (2000-2004)  Territórios CEU (2014)  Escola projeto viver (2004)  Cantinho do Céu (2008)	Colegio Santo Domingo Sávio (2007)  Jardines Infantiles Pajarito - La Aurora (2009)  Centro Cultural Moravia (2006)  Biblioteca Santo Domingo (2006)
<b>Tema 2.</b> A questão da moradia em projetos de habitação popular. Representa um desafio ainda por resolver. Dentre alguns aspectos que representam esse problema estão a dificuldade de escala de intervenção e de manutenção da população nos locais ocupados, bem como da criação de um espaço verdadeiramente coletivo e integrado à cidade.	Residencial Parque Novo Santo Amaro V (2012)  Jardim Edite (2013)	Quebrada Juan Bobo (2005-2008)  Programa Mejoramiento Integral de Barrios (MIB) (2007)
<b>Tema 3.</b> Área central enquanto espaço em transformação. Os centros históricos desfigurados representam impasses urbanísticos cujos intentos de restaurar seu significado no conjunto da cidade, por vezes resultam em complexos processos de gentrificação dentre outros problemas sociais correlatos.	Praça das Artes (2012)  Novo Projeto para o Vale do Anhangabaú (2015)	Parque de los pies descalzos Y Museo de Ciencia Y Tecnología (1999)  Parques del Río (2015)
<b>Tema 4.</b> Eixos privilegiados de investimentos de capital privado. Alteram a paisagem e as dinâmicas da cidade, migram de acordo com os interesses econômicos e concentram investimentos em infraestrutura por parte do poder público.	Operação Urbana Consorciada Água Espraiada (2001)	Parque Lineal Ciudad del Río (2006)
<b>Tema 5.</b> Infraestrutura Urbana e seu contexto de inserção na cidade. Transporte, saneamento e acesso à serviços básicos ainda representam sistemas deficitários, incompletos nessas cidades.	Novas estações de metrô de São Paulo (2004-2012)	Estações de Metrocable (2004-2012) e Estações de Tranvía (a partir de 2014)

Os estudos de caso foram selecionados, relacionando-os por uma correspondência programática e escalar. Como estratégia de cotejamento entre os estudos de caso, o modo A1>B1 é o primeiro nível de comparação. Passando posteriormente à comparação do conjunto A e do conjunto B. Desse processo relacional, baseado na análise das formas urbanas e das formas sociais em cada tema, sob orientação das noções *lefebvrianas*, deverão emergir estratégias projetuais ou paradigmas espaciais. A partir da comparação do conjunto e da recorrência dessas categorias, poderemos analisar como as matrizes disciplinares nos casos A e no caso B respondem aos desafios da urbanidade. Tanto A quanto B apresentam manifestações do mesmo problema/processo/fenômeno, em contextos diferentes. E cada uma lidou com condições similares a partir de uma estrutura disciplinar que, por serem de natureza diversa, geram resultados específicos que deverão ser analisados conforme o debate proposto.

O material inicial utilizado para a análise comparativa dos objetos empíricos [A e B] consiste no registro fotográfico sistemático de cada obra, realizado pela própria autora. Pretende-se, com isso, documentar a situação urbana de cada projeto, seu perímetro e entorno, a apreensão de sua totalidade no contexto em que

se insere, assim como a percepção do acesso da edificação pelos seus usuários. Buscou-se criar um repertório das relações visuais e espaciais que surgem da interação entre a área de implantação do projeto e o tecido urbano existente, buscando o reconhecimento das relações socioespaciais em que se desenvolve a vida cotidiana.

A utilização da imagem, nessa pesquisa, assume com isso um sentido crítico e exploratório, não sendo mobilizada como um espelho ou ilustração de um argumento existente *a priori*, nem como representação direta da realidade. Ao investigar esse método, que se aproxima de um jogo entre uma etnologia e uma reflexão hermenêutica sobre a urbanidade, se tem por base os potenciais críticos e interpretativos de uma imagem como instrumento fundamental para estudos que envolvem as ciências sociais, no sentido proposto por Lilia Schwarcz (2014).



**Exemplo do processo de análise das fotos realizadas em campo: painéis comparativos de situações urbanas e paradigmas espaciais**

Elaboração própria

O método apresentado até aqui tem, de um lado, a estrutura teórica que problematiza um universo empírico, com base nas questões que perpassam a realidade urbana no subdesenvolvimento. Do outro, a organização e sistematização do trabalho *in loco*, estruturado em temas que organizam as questões no campo disciplinar. Esses dois polos da pesquisa simbolizam a difícil interpretação da relação entre fenômenos urbanos e respostas disciplinares. O que se propôs, afinal, é uma necessária arena em que esses dos universos se chocam. Para que assim, o pesquisador possa se debruçar na investigação crítica de novas categorias, relações urbanas e paradigmas espaciais que surgem das experiências dessas duas cidades na periferia do capitalismo.

## 7. Considerações Finais

A obra de Henri Lefebvre, permite estabelecer relações entre a forma urbana e a forma social. Sendo assim, para a discussão disciplinar pretendida, os aportes teóricos fornecidos por esse autor se tornam centrais. Isso porque as noções lefebvrianas sobre a produção do espaço social e vida cotidiana permitem desdobramentos destas em metodologias de análises teóricas, pautando também os critérios para problematizar as evidências encontradas no estudo dos objetos empíricos. Com isso é possível trazer para o campo da A&U conteúdos e relações que impactam a sua reflexão e produção, mas que não foram identificados e mobilizados pela estrutura teórica e conceitual tradicional da disciplina.

O horizonte buscado por essa pesquisa enfrenta, no entanto, a dificuldade em percorrer cuidadosamente a abrangência da obra de Henri Lefebvre. Nesse sentido, o presente artigo teve como objetivo apresentar alguns leitores desse autor, construindo caminhos interpretativos que contribuem para uma leitura mais precisa e cautelosa, perante o risco de instrumentalização ou distorção das análises dialéticas desse importante autor.

Também foram apresentados autores como Milton Santos, que nos atentam para as particularidades da produção de nosso espaço social, bem como os traços comuns que se estendem aos países latino-americanos. Se a paisagem urbana e os problemas urbanos permitem uma aproximação entre Medellín e São Paulo, processos sociais e culturais demandam certas diferenciações. Do mesmo modo, ponderando sobre a disciplina da A&U nesses dois casos, observamos tradições que tomam rumos distintos. Esse afastamento permite jogar luz sobre as estruturas disciplinares, avaliando as possibilidades de ampliação do diálogo entre disciplina e dinâmicas urbanas que, ao menos em seus desafios, tanto se assemelham.

Com isso, concluímos que a análise dos objetos empíricos também é de grande contribuição para uma leitura situada de Lefebvre. Por meio deles, as intervenções arquitetônicas/urbanísticas – ou socioespaciais – são perscrutadas em relação aos contraditórios fenômenos urbanos da periferia do capitalismo. Por fim, ao reconhecer e incorporar à reflexão da A&U, leituras sobre as estratégias multi-escalares de organização territorial das relações de dominação econômicas e políticas, nos aproximamos da proposta de Kipfer e Goonewardena (2013): passamos a entender, via Lefebvre, o território como mediação das relações sociopolíticas, como produtos relacionais de luta sobre a apropriação do espaço social. Talvez assim, nos aproximamos a uma resposta ao desafio disciplinar lançado por Tafuri (1985, p. 115–122) que descrevia a necessidade em desenvolver uma cultura arquitetônica que conseguisse operar efetivamente na realidade (contraditória, desequilibrada, dinâmica e conflitiva) sem ser simplesmente cooptada pelas dinâmicas do domínio capitalista do espaço.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP pelo financiamento da pesquisa (bolsa 2017/26688-0 e 2015/19847-9).

## BIBLIOGRAFIA

BARROS, J. D. História Comparada-da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. **História Social**, 2007. n. 13, p. 7–21.

BLOCH, M. In: **História e Historiadores**. Lisboa: Teorema, 1998. p. 119–150.

BRENNER, N.; SCHMID, C. Towards a new epistemology of the urban? **City**, v. 19, n. 2–3, p. 151–182, 4 maio 2015.

CUTHBERT, A. R. **Designing Cities**. Oxford: Routledge, 2003.

CUTHBERT, A. R. **The Form of the Cities**. Oxford: Routledge, 2006.

CUTHBERT, A. R. **Understanding cities: method in urban design**. Oxford: Routledge, 2011.

ESCOBAR, ARTURO. **La invención del tercer mundo. Construcción y deconstrucción del desarrollo**. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.

HARVEY, D. **Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution**. 1. ed. [s.l.] Verso, 2012.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 25ª Edição ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

KIPFER, S.; GOONEWARDENA, K. Urban Marxism and the Post-colonial Question: Henri Lefebvre and “Colonisation”. **Historical Materialism**, v. 2, n. 21, p. 76–116, 2013.

LARA, F. L.; MALDONADO, D. That other planning: Engaging the peripheral fabric of latin american cities. **15th IPHS Conference Cities, Nations & Regions in Planning History São Paulo**, 15 jul. 2012.

LEFEBVRE, H. **De lo rural a lo urbano**. [s.l.] Península Barcelona, 1971. v. 41

LEFEBVRE, H. **Direito À Cidade**. 4. ed. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LEFEBVRE, H.; GOONEWARDENA, K. **Space, difference, everyday life: reading Henri Lefebvre**. New York: Routledge, 2008.

MEDRANO, L. S. et al. A presença de Henri Lefebvre no debate acadêmico contemporâneo da arquitetura. **PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção**, v. 8, n. 3, p. 170, 31 jan. 2018.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, MILTON. **O Espaço Dividido**. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, MILTON. **Ensaio sobre a Urbanização Latino-americana**. São Paulo: Edusp, 2010.

SCHWARCZ, L. M. Lendo e agenciando imagens: o rei, a natureza e seus belos naturais. **Sociologia & Antropologia**, v. 4, n. 2, p. 391, 2014.

SMITH, N. **Uneven development: nature, capital, and the production of space**. 3rd ed ed. Athens: University of Georgia Press, 2008.

SOJA, E. Taking space personally. In: **The spatial turn: interdisciplinary perspectives**. New York: Routledge, 2009. p. 11–35.

STANEK, L. **Henri Lefebvre on space: architecture, urban research, and the production of theory / Lukasz Stanek**. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2011.

STANEK, Ł.; SCHMID, C.; MORAVÁNSZKY, Á. **Urban revolution now: Henri Lefebvre in social research and architecture**. Burlington: Ashgate Pub, 2014.

TAFURI, M. **Projecto e Utopia**. 1ª Edição ed. Lisboa: Editorial Presença, 1985. v. 16

WARF, B.; ARIAS, S. (EDS.). **The spatial turn: interdisciplinary perspectives**. London ; New York: Routledge, 2009.